

141 PEDAGOGIA

1. Por muito tempo, a História da Educação no Brasil ocupou-se em estudar a organização dos sistemas de ensino, o ideário e os discursos pedagógicos. Considerando essa visão, é **CORRETO** afirmar que:

A) pautados em uma concepção de história positivista, os trabalhos tradicionalmente realizados no campo da História da Educação deixaram mais evidentes a história política, a história das intenções dos sujeitos civis (pensadores) e dos sujeitos políticos (Estado).

B) estudos sobre a História da Educação no Brasil tiveram como objetivo a revelação de fatos históricos e a ação dos sujeitos, identificados como heróis nacionais, em um tempo histórico linear, ordenado de maneira cronológica e sucessiva sem necessidade de um tratamento especial para datas, a partir de uma lógica formal.

C) a História da Educação no Brasil não se baseou em fontes como leis, regulamentos, reformas educacionais e obras de grandes pensadores, configurando-se como uma história do que foi a realidade e não de como a realidade deveria ser.

D) em virtude de sua aproximação com a Sociologia da Educação, a História da Educação no Brasil se tornou, muitas vezes, um estudo das recomendações e ideários pedagógicos.

E) a História da Educação tratou das práticas escolares e do cotidiano escolar, pois, via de regra, não tratou de tais fontes e objetos; e como o passado educacional se projetou.

2. Em relação à história das políticas públicas da Educação no Brasil, a partir do movimento da década de 80, com o advento da Nova República, o clima de liberdade e de movimentação teórica começou a ser incentivado. Instigada a mobilização de setores organizados da sociedade em prol de políticas sociais mais democráticas, (FONSECA, 2009), podemos observar que:

A) as Conferências de Educação e o Fórum Brasileiro em Defesa da Escola Pública congregaram poucos partidos políticos, educadores, estudantes, sindicatos, moradores de bairro e associações de pais, propondo debates insípidos a para a elaboração da proposta para a futura Assembleia Nacional Constituinte de 1985.

B) nesse período o processo de construção de direitos e a qualidade da Educação foram amplamente debatidos em ciclos de estudos, congregando renomados educadores brasileiros, administradores dos diversos sistemas de ensino e estudiosos em geral, inclusive representantes do empresariado.

C) em 1995 ocorreram o Simpósio Nacional no qual foi debatido o tema Qualidade, eficiência e

equidade na educação básica e o Seminário Nacional sobre Medidas Educacionais. As conclusões desses eventos foram encaminhadas ao Ministério da Educação como subsídio para a reformulação do projeto de lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – em 1996.

D) em 2000 ocorreu uma mobilização ampla em torno da elaboração do Plano Estadual de Educação no Paraná. A construção desse plano deu-se em meio a processos paralelos, oriundos do executivo, do legislativo e dos setores reivindicativos.

E) a política do governo do período 2002-2008 adotou a justiça social como marco doutrinário, por meio de políticas econômicas que compensassem a fragilidade no campo social. No que se refere ao projeto educacional, buscou-se universalizar a Educação Básica e ampliar a oferta do nível médio.

3. Os objetivos da organização escolar visam ao cumprimento de sua função de socialização do conhecimento historicamente produzido e acumulado pela humanidade. A escola, enquanto organização social é parte constituinte e constitutiva da sociedade na qual está inserida. Dessa forma, a gestão escolar pode ser vista como a mediação entre os recursos humanos, materiais, financeiros e pedagógicos bem como pela busca dos seus objetivos; não mais o simples ensino, mas a formação para a cidadania. Nesse contexto, afirma-se:

A) a gestão escolar efetiva-se por meio da participação dos sujeitos sociais envolvidos ou não com a comunidade escolar, na regularização de seus projetos, bem como nos processos de avaliação, de escolhas coletivas e nas vivências e aprendizagens de cidadania.

B) a gestão escolar garante o constante repensar a concepção de trabalho, as relações sociais estabelecidas no exterior da escola, a forma como ela está organizada e as condições subjetivas do trabalho pedagógico.

C) a gestão escolar deve voltar-se para a transformação social contrapondo à centralização do poder na instituição escolar, primando pela participação dos estudantes, funcionários, professores, pais e comunidade local na gestão da escola.

D) as escolas deve assumir como tarefas a educação, o ensino e a busca pelo espírito de cidadania apenas dos alunos em relação aos seus conhecimentos, procedimentos, valores. Essas tarefas são as que se cumprem pelas atividades pedagógicas, curriculares e discentes.

E) a gestão das escolas públicas federais ocorre pautada em princípios democráticos, pois os seus professores e diretores são escolhidos por voto

direto da comunidade escolar, de acordo com a Constituição de 1988.

4. Instâncias Colegiadas são aquelas em que há representações diversas e as decisões são tomadas em grupo. A expressão da democracia na escola pode ser concebida pela organização do coletivo com representatividade por meio das instâncias colegiadas. Dessa forma, o processo de participação da comunidade, organizada nos segmentos de gestão escolar, pode se consolidar por meio

- A) do Conselho Escolar, que foi implantado a partir da década de 90, em algumas regiões do país, com a inclusão do inciso VI, do Artigo 206, da Constituição Federal de 1988, que garante a organização crítica do Ensino Público/Privado.
- B) da Resolução n. 2.000/01, no Paraná, quando a Secretaria de Estado da Educação estabeleceu o Regimento Escolar Total para os estabelecimentos da rede pública ou privada de ensino. Neste Regimento Escolar Total constava a existência do Conselho Escolar.
- C) da Gestão Crítica da Educação, que foi legitimada com a promulgação da Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã Única, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.
- D) da Associação de Pais, Mestres e Funcionários - que é um órgão de representação dos Pais, Mestres e Funcionários do Estabelecimento de Ensino, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e sem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros, que são constituídos por prazo indeterminado.
- E) da Lei n. 9.394/96, que prevê que os grupos de ensino poderão definir as normas de gestão democrática do ensino público na Educação Básica, de acordo com a participação da comunidade local em conselhos escolares e de direitos à Educação.

5. “As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, consubstanciadas nos Pareceres CNE/CP n. 05/2005, 01/2006 e na Resolução CNE/CP n. 01/2006, demarcaram novo tempo e apontaram para novos debates no campo da formação do profissional da educação no curso de Pedagogia”. (2006, p. 828-829).
Através dessa citação, vislumbra-se que as Diretrizes Curriculares Nacionais definiram os pilares e os contornos dessa formação, que priorizou

- A) a formação do licenciado em Pedagogia, que tem como foco central o conhecimento da comunidade como uma organização complexa que deve promover a educação para e na cidadania.
- B) segundo o Parecer CNE/CP n. 05/2005, a educação do licenciado em Pedagogia garantida

por meio de investigação, reflexão crítica e experiência no planejamento, a aplicação de contribuições de campos de conhecimentos, como o filosófico, o histórico, o psicológico, o sociológico, o político, o econômico entre outros.

- C) a relação ao campo de atuação do licenciado em pedagogia, a gestão democrática entendida numa perspectiva social, que integre as diversas atuações do trabalho pedagógico e de processos educativos não escolares, tendo em vista o Parecer CNE/CP n. 05/2005.
- D) por meio da Resolução CNE/CP n. 01/2006, que o Bacharelado em Pedagogia deve garantir a formação de profissionais do Ensino Médio realizada em cursos de Pós-Graduação abertos a todos os licenciados.
- E) por meio do Parecer CNE/CP n. 3/2006 que a formação do licenciado em Pedagogia realiza a formação para administração, planejamento, supervisão e orientação educacional, em organizações da educação superior, estabelecendo as condições, contexto em que a formação em Pós-Graduação deve ser discutida.

6. A Constituição Federal de 1988, nos seus art. 6º e 205º, estabeleceu que a Educação é um direito social e define que os responsáveis pelo seu provimento são o Estado e a família. Para resguardar esse direito, o Estado estabeleceu a estrutura e as fontes de financiamento.

Com base nessa afirmativa, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A Lei n 11494/1996 instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que instaurou uma nova sistemática de financiamento da Educação Básica, buscando efetivar o princípio constitucional da descentralização do financiamento.
- B) Os recursos da Educação podem ser compreendidos como uma política social, tida como expressão da interação do Estado em resposta a demandas econômicas que se institucionalizaram e foram reconhecidas como direitos do cidadão.
- C) As políticas e as lutas contra os mecanismos sistemáticos de financiamento na área educacional articulam-se à defesa da gestão crítica dos sistemas de ensino e das escolas, por meio da vinculação de recursos para a sua manutenção e desenvolvimento.
- D) a Lei n. 8.035-1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em relação aos Recursos financeiros, aponta no art. 69 que “A União aplicará, anualmente, nunca menos de oito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios,

cinco por cento da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino público”.

E) Ao determinar a vinculação de recursos para a Educação, a Constituição garantiu os mínimos orçamentários para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, que são 18% da receita da União e 25% da receita dos Estados, DF e Municípios, resultantes de impostos e transferências.

7. Refletir sobre a relação entre a Educação, a Pedagogia e as Políticas de Educação permite compreender, entre outras questões, a Educação como uma responsabilidade do Estado e da família.

Assim é **CORRETO** afirmar que:

- A) Professores vão à escola com vários objetivos, mas a própria existência da escola cumpre um objetivo filosófico muito importante: garantir a continuidade da espécie, socializando para as novas gerações as invenções resultantes do desenvolvimento cultural da humanidade.
 - B) A Educação no Brasil, desde o período da Nova República, esteve ligada a políticas públicas, as quais devem ser vistas como forma de integração estatal na oferta e proteção de determinados direitos humanos.
 - C) Cada escola, inserida numa determinada comunidade possui sua própria realidade social, que é análoga às realidades de outras escolas localizadas em comunidades, bairros ou cidades diferentes.
 - D) As políticas públicas interferem diretamente na maneira pela qual o docente seleciona os conteúdos a serem aplicados, independentemente do projeto político pedagógico da escola, por estarem relacionados aos recursos de que a escola dispõe.
 - E) o processo educativo deve ser promovido e incentivado com a colaboração de várias instâncias da sociedade. Ele é complexo e fortemente marcado pelas variáveis pedagógicas e sociais. Entende-se que não pode ser analisado fora de interação dialógica entre escola e família/vida nem ignorando o desenvolvimento humano, o conhecimento e a cultura.
8. Ao analisar no curso de Pedagogia, os aspectos relacionados ao campo de conhecimento e ao campo de trabalho verifica-se que:
- A) Alguns Cursos de Pedagogia têm como objetivo central a formação de profissionais capazes de exercer a docência na Educação Infantil, no Ensino Médio e nas disciplinas antropológicas e políticas de educação na formação de docentes.

B) O campo de conhecimento e formação do pedagogo visa à preparação para a participação no planejamento, gestão e avaliação de estabelecimentos de ensino, de sistemas educativos escolares, bem como organização e desenvolvimento de programas não escolares.

- C) As famílias têm demonstrado a existência de uma demanda ainda pouco atendida, no sentido de que os estudantes de Pedagogia sejam também formados para garantir a Educação, com vistas à inclusão plena dos segmentos historicamente excluídos dos direitos sociais, culturais, econômicos e políticos.
- D) Com relação ao campo de atuação em consonância com as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia, o pedagogo não deve atuar na coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas, projetos e experiências educativas não escolares.
- E) A formação dos profissionais da Educação deve ter a dicotomia necessária entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em sala.

9. A Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, indicando que a Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem “na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, nas manifestações culturais e nas instituições de ensino e pesquisa”. (BRASIL, 1996). Nessa perspectiva a Lei n. 9394/96, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana e construção da cidadania, prevê que:

A) O pedagogo deve desenvolver o seu trabalho com base nos Princípios e Fins da Educação Nacional, de modo que o ensino seja ministrado com base na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

- B) o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para as relações sociais.
- C) o fim supremo da Educação escolar no mundo moderno: a preparação dos indivíduos “para o exercício da cidadania”. Esse fim foi proclamado nas entrelinhas no denominado Relatório Condorcet, aprovado na Assembleia Inglesa em 1892.
- D) as crianças serão enviadas para a escola cada vez mais cedo e nela permanecerão por um tempo mais extenso. Isso acontecerá porque há um mundo novo de informações a ser processado e a Escola não deverá exercer o tradicional papel de “guardadora” das famílias, das comunidades, da Igreja, mas somente desenvolver conhecimentos e habilidades.

- E) A escola jamais poderá exercer o papel que a ela foi atribuído, o de ser a instituição que garantirá a formação dos seres humanos. Deverá ocupar-se da formação integral do ser humano por meio de um processo fragmentado e hierarquizado de acordo com cada realidade onde está inserida.
10. O currículo, visto como configurador da prática, produto de ampla discussão entre os sujeitos da Educação, fundamentado nas teorias críticas e com organização disciplinar, visa ao estabelecimento de relações dialógicas que suscitem o debate e a reflexão sobre educação, cidadania, currículo e sociedade. Nessa perspectiva o currículo pode ser compreendido como:
- A) organizado por competências, surgido nos anos de 1950, que busca associar as dimensões humanistas mais amplas; e visa criar comportamentos e habilidades necessários à inserção na escola e, portanto, à inserção social.
- B) uma construção coletiva de grande importância para a escola; é um documento neutro, preparado para cumprir uma burocracia. Nesse sentido, o currículo não interfere na formação dos indivíduos.
- C) um território político comprometido com a heterogeneidade e as diferenças culturais que compõem a realidade da escola, tal como versam as teorias educacionais críticas; empreende uma visão renovada e ampliada de currículo, em ligação estreita com o conhecimento, o trabalho e a cultura, enfatizando-o como prática social, prática cultural e prática de significação.
- D) Um documento que não pode atuar ideologicamente. De uma forma indireta por meio das matérias mais suscetíveis ao transporte de crenças explícitas sobre a desejabilidade das estruturas sociais. De forma indireta, por meio de disciplinas “técnicas”. Isso porque a ideologia inclina as pessoas das classes subordinadas à comandar e a controlar.
- E) na passagem do século XVII para o século XX, foi pensado, sob uma perspectiva organizacional, um caminho a ser percorrido idealizando uma determinada formação que visasse à democratização da sociedade. As ideias foram formuladas pela escola Calvinista e mais tarde adaptadas pelos franceses, que se apropriaram dessa compreensão trazendo-a para o campo científico predominante na época.
11. Entre as inúmeras concepções de currículo, é possível identificar o currículo como um artefato intermediário e mediador entre a sociedade exterior às escolas e às práticas sociais concretas que nelas se exercitam como consequência do desenvolvimento do currículo. Dessa forma, o currículo diz respeito:
- A) ao conhecimento na dimensão subjetiva, referente às relações interpessoais, seja na dimensão psicológica de produção de significados e sentidos seja na dimensão produtiva do mundo escolar.
- B) ao espaço, ao tempo e aos saberes da família, identificando o processo de ensino e aprendizagem como a organização de projetos sociais transversais que buscam a disciplinarização dos educandos.
- C) à unidade dialética de processo e produto decisório sobre a prática educativa, abrangendo as dimensões filosófica (intencionalidades), política (relações de poder), social (inter-relação escola-sociedade), pedagógica (concepção do processo ensino-aprendizagem), de modo a integrar a participação individual e coletiva dos sujeitos escolares.
- D) ao estabelecimento de conteúdos que permitem a sua elaboração, mesmo no caso de existirem propostas da comunidade e exigências formais do município. Assim é da maior importância que a escola se fortaleça, resista e elabore o seu currículo, impondo seus interesses e objetivos, independentemente das orientações e cobranças,
- E) ao seu compromisso estrito com o contexto político-econômico independente de quaisquer outras relações que se possa estabelecer entre escola, sociedade e mundo.
12. O projeto político-pedagógico está vinculado ao papel e à função da escola, na medida em que assume a preocupação fundamental do sistema educativo, que é o de melhorar a qualidade da educação pública. Essa preocupação se expressa muito bem na tríplice finalidade da Educação em função da pessoa, da cidadania e do trabalho (VEIGA, 2003). Dessa maneira, em relação ao projeto político-pedagógico de uma escola, é **CORRETO** afirmar que:
- A) não se trata de um movimento de luta em prol da democratização da escola, pois omite as dificuldades e os pessimismos da realidade educacional. Embora busque novas possibilidades e novos compromissos, não propicia a reflexão e a ação escolar.
- B) deve traduzir a proposta educativa construída coletivamente, garantido a participação efetiva da comunidade escolar e local, bem como a permanente construção da identidade entre a escola e o território no qual está inserida.
- C) Trata-se de espaço de jogo no interior do qual novos atores lutam pelo poder sobre a nova especialização de funções e a interpretação

reguladora dos instrumentos de diagnóstico e avaliação.

D) é um meio de engajamento coletivo para integrar ações dispersas, criar sinergias no sentido de buscar soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico-administrativo, desenvolver o sentimento de pertença, fortalecer a construção de uma coerência comum para que a ação coletiva produza seus efeitos.

E) Trata-se de uma inovação emancipatória, que, por sua vez, é de natureza ético-econômica e cognitivo-instrumental, que visa à eficácia dos processos formativos a partir de reflexão voltada a um contexto econômico.

13. Com efeito, as crianças e jovens vão à escola para aprender cultura e internalizar os meios cognitivos para compreender e transformar o mundo. Para isso, é necessário pensar – estimular a capacidade de raciocínio e julgamento -, e melhorar a capacidade reflexiva.

Nesse contexto a didática:

A) tem o compromisso com a busca da qualidade metodológica das aprendizagens, que, por sua vez, está associada à aprendizagem da leitura.

B) está associada a um valor extrínseco, que é a formação escolar, com vistas a ajudar a família a educar, para que os alunos sejam pessoas dignas, cultas, aptas a participar criticamente na/da vida econômica, política, profissional e cultural de seu bairro.

C) constitui-se numa disciplina que estuda o processo de ensino no seu conjunto, em que os problemas do cotidiano, conteúdos, métodos e formas organizativas da aula se relacionam entre si de maneira garantir aos alunos uma aprendizagem sempre formal.

D) é um processo, um conjunto de atividades praticadas com e para os alunos, para desenvolver sua assimilação cognitiva, em relação aos conhecimentos, hábitos e atitudes, habilitando-os para as relações estritamente sociopolíticas.

E) tem a responsabilidade de investigar como ajudar os alunos a se constituírem como sujeitos pensantes e críticos, capazes de pensar e lidar com conceitos, argumentar, e resolver os dilemas e os problemas da vida cotidiana.

14. No campo das políticas educacionais, a formação continuada do professor e a sua valorização sempre estiveram de alguma forma presentes na agenda de discussão.

Assim é **CORRETO** afirmar que:

A) há uma necessidade política de delimitar o custo da profissionalização de todos aqueles que atuam na educação. Daí surge o “termo profissional da

educação”, que diz respeito a todos os trabalhadores da educação.

B) a Lei n 9424/96 instituiu o FUNDEF, estabelecendo que 60% dos recursos do Fundo fossem destinados à remuneração do magistério e que a parcela restante (de até 40%) fosse aplicada em ações variadas, de manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental público, dentre as quais: a formação (inicial e continuada) dos professores e a capacitação de pessoal técnico-administrativo.

C) é possível construir uma Educação Pública que seja laica e gratuita para todos, com padrões internacionais de qualidade para as instituições brasileiras. Para tanto as duas facetas dessa política – formação e valorização profissional devem ser dissociadas.

D) a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores foi criada em 2000 com o objetivo de contribuir para a melhoria da formação dos professores. O público-alvo prioritário da rede são professores do ensino superior dos sistemas públicos e privados de educação.

E) as instituições de ensino da Educação Básica, federais e estaduais que integram a Rede Nacional de Formação de Professores, produzem materiais de orientação para cursos presenciais, com carga horária de 420 horas. Atuam em rede para atender às necessidades e demandas do sistema de ensino.

15. Na relação Escola, violência e cidadania, acusar unicamente as equipes escolares pela situação de violência e pelo baixo desempenho dos alunos, assim como acreditar que basta haver profissionais da Educação comprometidos para que os problemas se resolvam, é ingênuo e superficial. A escola sozinha não resolve esses problemas.

Dado esse contexto, afirma-se **CORRETAMENTE**:

A) quanto mais pobres as famílias muito mais difícil será a relação entre a escola e a criança, provavelmente por conta do pouco letramento, acesso precário a bens e serviços e, principalmente pela pobreza e situação de déficit intelectual.

B) identifica-se com pouca frequência a banalização da violência que adentra e se reproduz intramuros na escola, muitas vezes na forma sutil de violência explícita contra o aluno pobre e sua família.

C) Verifica-se uma grande sintonia entre escola/família. A escola imagina uma família ideal, e está bem preparada para deparar-se com a dura realidade das famílias mais pobres.

D) o desconhecimento das condições de vida, a desqualificação e o menosprezo ao repertório cultural das famílias pode gerar a desconexão entre as exigências escolares e as possibilidades familiares, com efeitos devastadores no aproveitamento escolar das crianças.

- E) Os pais, têm conquistado concretamente o direito de acompanhar as escolas em sua organização e nos recursos que recebem, podendo efetivamente opinar na seleção das metas educacionais a serem atingidas.
16. Refletir sobre as relações entre Educação, Trabalho e Cidadania pode dar espaço para conceber a Educação como um fator primordial na formação dos indivíduos para a obtenção do conhecimento e para sua participação em sociedade. Nesse contexto:
- A) o domínio dos conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos que estão na base de constituição da sociedade contemporânea, deve ser viabilizado por uma boa escolarização. A partir daí, será possível, no trabalho ou em cursos de formação escolar, desenvolver competências de cunho mais específico para atender a demandas específicas do trabalho e da participação social.
- B) as relações entre educação, trabalho e cidadania não se validam quando os indivíduos, por meio de ações exclusivamente coletivas com e a partir da educação, se inserem na sociedade buscando intervir nos processos políticos, sociais, econômicos e culturais.
- C) a escola não pode ser somente o lugar de desenvolver competências que mobilizam conhecimentos, pois com eles se confundem a prática social e a produtiva.
- D) a escola é responsável pelo desenvolvimento de competências, destarte resulta em mais uma forma perversa de exclusão dos que vivem do trabalho, uma vez que os filhos da burguesia desenvolvem suas capacidades dentro da escola.
- E) para muitos a escola não é apenas uma instituição certificadora, para os trabalhadores, a escola se constitui em um dos espaços de relação formal e obrigatória com o conhecimento.
17. O sistema educacional brasileiro em relação aos níveis e modalidades de ensino passa a vigorar com algumas alterações exigidas pela Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dispõe sobre a formação dos profissionais da Educação. Dada essa alteração da lei, tem-se
- A) a Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: Pré-escola; Ensino Fundamental; Ensino Médio.
- B) a Educação Infantil gratuita às crianças de até 6 (seis) anos de idade.
- C) a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos.
- D) atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades a todos as etapas e modalidades na rede especial de ensino.
- E) acesso público e gratuito aos ensinos Fundamental e Médio somente aos que concluíram na idade própria.
18. Em relação à Lei n. 9394 (BRASIL, 1996), no Título II, a Educação Básica no Brasil tem por finalidade:
- A) desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.
- B) alcançar a relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.
- C) atingir as seguintes diretrizes: a difusão da ética, do respeito ao bem comum e à ordem e progresso da comunidade.
- D) promover a Educação para a população urbana. Os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural no perímetro urbano, especialmente: conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona urbana.
- E) Garantir a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, visando ao desenvolvimento integral da criança até 3 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e econômico, complementando a ação da comunidade.
19. O trabalho pedagógico representa muito mais do que as ações em sala de aula. Nesse cenário, o pedagogo é um dos profissionais essenciais para a construção desse fazer pedagógico. Ele é fundamental na efetivação de novas práticas, de novas formas de organizar a escola para que essa seja efetivamente democrática. Dessa forma, é **CORRETO** afirmar que o pedagogo como educador desenvolve:
- A) Habilidades profissionais, pois é habilitado somente para atuar no ensino formal, desenvolve o trabalho na organização e na gestão de sistemas educacionais.
- B) Sistemas de Educação, onde se torna o único responsável pela produção e difusão do conhecimento, tendo a docência como base opcional de sua formação.
- C) A supervisão de projetos. Desenvolve também experiências educacionais escolares e não escolares, mas somente se tiver vínculo empregatício.
- D) O trabalho orientado pela pesquisa, valorizando a relação efetiva entre o ensino e a pesquisa, que significa a base para construção do saber,

tornando-se o instrumento para desenvolvimento das competências do pensar.

- E) Críticas sobre a sua inserção inadequada em espaços impróprios como o campo da formulação de políticas públicas para a Educação e da construção de avaliações para o ensino em ambiente virtual de aprendizagem.

20. Para Taques *et al* (2010, p. 24) a “ Gestão Democrática passa a ser vista sob o ponto da organização coletiva da escola em função dos seus sujeitos. Organizar-se coletivamente exige rigor teórico-prático de quem organiza, decide, dirige, debate e discute a organização escolar.” Analisar o papel do pedagogo na gestão democrática escolar é uma tentativa de entender seu papel como [...] mediador da intencionalidade educativa da escola, pela via dos diferentes segmentos que a compõem.

No espaço da escola democrática, o pedagogo:

- A) incentiva o trabalho específico e ao mesmo tempo orgânico dos sujeitos em função das divergências histórico-psicológicas dos seus alunos.
- B) dirige e aponta a definição do trabalho pedagógico da escola e, de acordo com sua função hierárquica, define as atividades de planejamento.
- C) assegura a tomada de decisão, legitima-se somente no movimento de organização do currículo pela via da gestão pública.
- D) exige a implementação de todas as ações planejadas coletivamente, articula e cria momentos para relações entre escola e governo federal.
- E) fundamentado em uma concepção progressista de educação, assume a função de mediador da ação pedagógica, visa à construção de novas práticas no espaço escolar. Atua tendo como objetivo uma Educação de qualidade.